



Associação Portuguesa de Direito Europeu

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DIREITO EUROPEU
PLANO DE ATIVIDADES PARA 2014**

No seguimento do conjunto de iniciativas levadas a cabo pela **APDE – Associação Portuguesa de Direito Europeu** ("APDE") ao longo do ano de 2013, esta Associação propõe-se concretizar, em 2014, as seguintes ações.

No plano nacional:

I – Realização, conjuntamente com a Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa e no âmbito da comemoração dos 30 anos da constituição da APDE, do Colóquio "*Balanço de vigência do Tratado de Lisboa em vésperas de eleição para o Parlamento Europeu*". Esta iniciativa terá lugar na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, no dia 23 de maio de 2014.

II – Realização de vários Colóquios em colaboração com algumas Faculdades de Direito do país, designadamente, a Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (Escolas de Lisboa e do Porto) e a Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, no sentido de sensibilizar os estudantes para a importância do voto nas próximas eleições para o Parlamento Europeu.

III – Co-organização de Colóquio com a Católica Global School of Law e o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian por ocasião da publicação do livro *EU Law and Integration: Twenty Years of Judicial Application of EU Law* (Hart Publishing), da autoria do Presidente do Conselho Diretivo da APDE, Doutor José Luís da Cruz Vilaça. A iniciativa está prevista para outubro de 2014.



Associação Portuguesa de Direito Europeu

IV – Continuação do desenvolvimento da iniciativa “Almoços Europeus”, para discussão de temas relevantes de Direito da União Europeia, contando com a intervenção de personalidades de reconhecido mérito e prestígio.

O próximo Almoço Europeu será realizado em Lisboa, no dia 22 de abril de 2014, coincidindo com a realização da Assembleia Geral ordinária da APDE. Contará com a presença de Eduardo Paz Ferreira, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, que apresentará o tema “*Alemanha europeia ou Europa alemã?*”.

V – Renovação do sítio Internet <http://www.apde.org.pt>. A APDE considera que o sítio Internet da Associação é um dos principais meios de informação dos associados sobre a atividade que desenvolve. No sentido de melhorar a visibilidade e a qualidade do sítio Internet da APDE, esta Associação decidiu renovar o respetivo sítio e alterar o seu atual modelo. Para este fim, adjudicou a sua conceção e realização à empresa Softway, que o lançará durante o ano de 2014.

VI – Prosseguimento dos contactos com instituições públicas e privadas com atividade relacionada com o Direito da União Europeia tendo por objetivo estabelecer parcerias.

VII – Candidatura, em colaboração com a Associação Portuguesa de Mulheres Juristas, em projeto no âmbito do “Programa Cidadania Ativa”, patrocinado pelo mecanismo financeiro “EEA Grants” (Fundação Calouste Gulbenkian), com o fito de proceder a uma revisão, compilação e divulgação através de um portal informático da Doutrina e Jurisprudência relativas à proteção e defesa dos direitos das mulheres.

VIII – Prosseguimento do esforço sustentado de angariação de novos associados, pessoas singulares ou coletivas, para as quais as matérias de Direito da União Europeia assumam relevância e que demonstrem interesse na



Associação Portuguesa de Direito Europeu

discussão e divulgação das mesmas, de atualização da Base de Dados dos associados e de regularização das quotas por parte dos associados da APDE.

IX – Na sequência da publicação do livro *“Estudos de Direito Europeu – Congressos da FIDE – Relatórios Portugueses – 1990-2008”*, editado pela Príncípia Editora, Lda., a APDE tem vindo a coligir os relatórios nacionais ainda não publicados, com vista à sua publicação em segundo volume da obra. Estima-se que, quando publicado, o segundo volume inclua os Relatórios Nacionais aos Congressos FIDE de 2010, 2012, 2014, 2016 e 2018, bem como o Relatório *“State Aids and Anti Dumping”*, apresentado pelo, então, Relator Nacional Mário Marques Mendes ao XII Congresso FIDE, em Paris, em 1986.

No **contexto internacional**, a Associação propõe-se concretizar, em especial, as seguintes ações:

X – Organização do XXVIII Congresso FIDE a realizar em 2018, em Lisboa. Durante o ano de 2014 a APDE propõe-se estabelecer os princípios orientadores desta organização, nomeadamente, fixando o local de realização das atividades e criando um grupo de trabalho alargado para implementação do projeto.

XI – Participação portuguesa nos trabalhos do XXVI Congresso FIDE, a ter lugar em Copenhaga de 28 a 31 de maio de 2014, através da coordenação entre a Presidência da FIDE e os Relatores Nacionais para os temas selecionados, a saber:

A União Económica e Monetária: Aspetos constitucionais e institucionais da governação económica na União Europeia

Relatores Nacionais: Eduardo Paz Ferreira, Nuno Cunha Rodrigues e Miguel Sousa Ferro

A cidadania da União: Desenvolvimento, impacto e desafios

Relator Nacional: José Narciso Cunha Rodrigues



Associação Portuguesa de Direito Europeu

Direito da Contratação Pública: Limitações, oportunidades e paradoxos

Relatora Nacional: Ana Luísa Guimarães

XII – Representação da APDE no Conselho Diretivo da FIDE, em Copenhaga, a 28 de maio de 2014.

Lisboa, 15 de abril de 2014